

Benevides consulta a Mesa e pode cancelar o "trem da alegria" hoje

SCHEILA BERNADETE

O presidente do Senado, Mauro Benevides, disse ontem que vai aguardar o exame da Mesa Diretora com as áreas técnicas da Casa — "possivelmente hoje" — para decidir sobre a anulação definitiva do concurso interno do Senado. Os exames para o preenchimento de 153 vagas seriam realizados no último final de semana, se não fosse o alerta sobre sua inconstitucionalidade feito pelo **Jornal de Brasília**. O artigo 37 da Constituição proíbe a realização deste tipo de concurso, assegurando que qualquer ascensão funcional deve ser feita através de concurso público externo.

A Mesa Diretora do Senado e o Cedesen — órgão encarregado da viabilização do concurso interno — entendem, no entanto, que estão amparados pela lei, já que até o momento não houve pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a ação direta de inconstitucionalidade impetrada por várias entidades, como o Sindicato dos Médicos e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Benevides não é favorável a esta posição: "Seria muito ruim para o Senado suspender o concurso em função de uma liminar do STF", revelou. Por isso, ele acredita que a decisão tem que ser tomada o mais rapidamente possível.

Repúdio — Através de nota, o Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis) repudiou ontem a decisão do presidente do Senado de suspender o concurso interno. Para o presidente do Sindilegis, Mauro Dantas, o processo "é legal e transparente". O argumento de Dantas é o artigo 39 da Constituição, que trata do Plano de Carreira.

"Quando se promulgou a nova Constituição, surgiram alguns juristas que acreditam que o artigo 37 tornou impossível a existência de ascensão e progressão funcionais. Deve ficar bem claro que, inicialmente, enquanto o artigo 39 não for cumprido e nenhum tribunal superior se pronunciar contrariamente ao desenvolvimento dos servidores em carreira, continuam vigentes os institutos de elevação funcional", diz a nota.



Mauro Benevides, presidente do Senado, aguarda decisão da Mesa e exige uma resposta rápida

Givaldo Barbosa 25/3/91